

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO DE CONVITE Nº DE 2011 (Dos Srs. Duarte Nogueira e João Campos)

Solicita seja convidado o Ministro da Justiça, Senhor José Eduardo Cardoso, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o controle e fiscalização da entrada ilegal de armas no território brasileiro, através das fronteiras.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que, ouvido o plenário, possa Vossa Excelência adotar as providências necessárias no sentido de que seja CONVIDADO o Ministro da Justiça, Senhor José Eduardo Cardoso, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o controle e fiscalização da entrada ilegal de armas no território brasileiro, através de suas fronteiras.

A presença do Senhor Ministro, nesta Casa, promoverá um oportuno debate sobre a questão, conforme dados publicados pela imprensa.

Diz o jornal O Estado de São Paulo de 27 de dezembro de 2010:

Estudo oficial alerta para abandono e vulnerabilidade das fronteiras do País
Trabalho de 140 páginas assinado por grupo ligado ao Ministério da Integração Nacional registra a forte presença do tráfico de drogas e do contrabando nessas regiões e propõe 34 medidas, incluindo reforço de segurança e medidas para atrair profissionais
Marcelo de Moraes

A poucos dias do fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo concluiu o estudo sobre os problemas encontrados na faixa de fronteira do País. Em 140 páginas, o trabalho constata a conhecida vulnerabilidade das extensas áreas (15,7 mil quilômetros) ao contrabando e ao tráfico e exhibe a carência de políticas públicas específicas para essas localidades.

O relatório foi preparado pelo Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça e entregue ao presidente neste mês. Teve coordenação do Ministério da Integração Nacional e propõe 34 medidas para tentar reagir aos problemas encontrados. As propostas incluem desde os óbvios pedidos de reforço de efetivo policial e de capacitação de agentes, fiscais e outros profissionais para atuar em ações específicas até a criação de gratificações especiais para incentivar profissionais a se interessarem pelo trabalho nessas regiões.

Foi considerado prioritário o aumento de infraestrutura de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo na faixa de fronteira, especialmente nas isoladas áreas da região Norte do Brasil.

Além disso, outra prioridade defendida é a de implementar a infraestrutura hospitalar - quase sempre mínima ou inexistente nesses locais.

O grupo de trabalho ainda sugere a legalização do processo de contratação de médicos e de outros profissionais de países vizinhos, mas apenas para operação nesses locais, e a criação de escolas bilíngues.

A ampliação dos horários de funcionamento das aduanas vem como proposta para tentar aumentar o combate ao contrabando. Além disso, é sugerida a criação de um regime especial ou diferenciado para exportações e importações entre micro e pequenas empresas. Segundo o estudo, essas empresas hoje não conseguem operar por conta dos "requisitos legais e cadastrais aplicados de forma igualitária às médias e grandes empresas".

Armas e drogas. Os problemas nos cuidados da enorme extensão da faixa de fronteira brasileira se refletem em situações cotidianas, como a entrada ilegal de armas e drogas que chegam aos grandes centros urbanos. A faixa abrange 588 cidades, espalhadas por 11 Estados, envolvendo cerca de 10 milhões de habitantes.

Uma característica especial desse vasto território é a presença das chamadas cidades-gêmeas. Na prática, são cidades vizinhas, separadas apenas pela fronteira entre os países. Em alguns casos, isso se resume ao simples gesto de atravessar uma rua.

O estudo do governo mostra que, se as cidades-gêmeas podem ajudar na desejada integração da faixa de fronteira, representam também um caminho de acesso ao Brasil para o tráfico e para o contrabando. "Estas também servem de porta de entrada de produtos ilícitos de diversas naturezas e de saída de recursos naturais e minerais, explorados sem controle e ilegalmente, gerando danos ao meio ambiente", cita o documento.

Além disso, em várias situações, o chamado "fluxo financeiro e econômico não desejável" acaba tendo a tolerância de governos vizinhos.

"Cabe lembrar que nem todos os fluxos financeiros e econômicos observados ao longo da zona de fronteira representam situações desejáveis, na medida em que algumas relações ocorrem à margem da lei. Contudo, tratam-se de características do desenvolvimento dessas regiões que acabam por requerer um olhar especial do poder público, no sentido de modificar os incentivos econômicos e promover a adequação das economias locais aos limites da legislação", descreve o relatório.

"Um exemplo do sistema produtivo de fronteira, que combina comportamentos legais e ilegais, é encontrado na zona de fronteira entre Foz do Iguaçu e a Zona Franca de Ciudad del Este. Esta última concentra empresas que consomem subprodutos de indústrias localizadas no Brasil sob a forma de contrabando, voltando ao Brasil e sendo registrado como produto brasileiro ou paraguaio ou ainda de um terceiro país, dependendo do câmbio e das mudanças na política brasileira de impostos incidentes sobre importação e exportação", exemplifica o trabalho.

Desafio. "É um grande desafio conseguir soluções concretas para os problemas apresentados na faixa de fronteira. E eu diria que o ponto central não está na quantidade de pessoas que se coloca para trabalhar nessa região. O principal é a organização e racionalização do trabalho e dos recursos financeiros destinados", avalia Fábio Cunha, diretor do Departamento de Programas das regiões Norte e Nordeste da Secretaria de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

"O tratamento diferenciado da faixa de fronteira entrou definitivamente na agenda do governo", diz Cláudia Cybelle Freire, gerente-executiva do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Na Gazeta Digital, em 12/04/2011:

Brasil terá nova campanha do desarmamento

O Ministério da Justiça vai lançar uma nova campanha do desarmamento. O anúncio foi feito no início da noite desta segunda-feira (11/04) pelo ministro José Eduardo Cardozo após reunião com entidades da sociedade civil, em Brasília, para discutir o tema.

De acordo com o ministro, o objetivo é recolher o maior número de armas possível. "O propósito é superar as três campanhas anteriores, quando foram recolhidas mais de 1 milhão de armas. Quanto menos armas, menos violência nas ruas", defendeu Cardozo. A expectativa é fazer o lançamento em 6 de maio.

Uma nova campanha do desarmamento já estava sendo organizada pelo governo federal. O episódio na escola Tasso da Silveira, no bairro de Realengo (RJ), quando 12 alunos foram assassinados na semana passada, acelerou o processo. "Diante do ocorrido no Rio de Janeiro, resolvemos antecipar a campanha", afirmou Cardozo.

O ministro da Justiça enfatizou que, independentemente da campanha, o desarmamento é uma política constante do governo federal e faz parte de um projeto que engloba o combate ao crime organizado e ações nas áreas de fronteiras. Cardozo declarou que um Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que articula o trabalho da PF, PRF e polícias locais, será instalado, em breve, em Foz do Iguaçu, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, para coibir a entrada ilegal de armas no país.

As ações da nova campanha serão geridas por um conselho. Serão convidados a integrá-lo, além de outros setores do governo como a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério da Defesa, o Senado, a Câmara dos Deputados, as secretarias estaduais e municipais de segurança pública, os conselhos das Guardas Municipais, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Rede Desarma Brasil, a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho dos Comandantes Gerais da Polícia Militar, o Colégio dos Dirigentes das Polícias Civil, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Banco do Brasil e o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs.

Está marcada para a próxima segunda-feira a primeira reunião do conselho, no Ministério da Justiça. Serão discutidos temas como o valor da indenização a ser paga para quem entregar armas, projetos de lei sobre o desarmamento que podem ser enviados para o Congresso Nacional e formas de mobilização da sociedade. Segundo o ministro da Justiça, a nova campanha do desarmamento deve ser estendida até o final do ano como parte de uma política permanente para desarmar o país.

Armas compradas legalmente

Antônio Rangel, diretor do Viva Rio, entidade parceira do MJ nas campanhas do desarmamento e participante da reunião desta segunda, informou que o Brasil possui 16 milhões de armas de fogo em circulação atualmente. Destas, 14,5 milhões estão nas mãos da sociedade civil. “A cada dia, 95 pessoas morrem por crimes com armas de fogo no Brasil. Na Grã-Bretanha, são 80 por ano. Dos crimes ocorridos no Brasil, 80% acontecem com armas compradas legalmente, ou seja, elas não são sinônimo de segurança. Pelo contrário, representam um grande perigo e precisam ser tiradas de circulação”, defendeu Rangel.

Em razão da importância e gravidade do assunto, é fundamental o comparecimento do Ministro da Justiça a esta Comissão.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2011.

DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA
Líder do PSDB na Câmara dos Deputados

DEPUTADO JOÃO CAMPOS
PSDB - GO